



Perebi
02/02/2021
Dink
Mato

PARECER JURÍDICO

Versa o presente sobre consulta formulada pelo Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação, acerca da legalidade do Processo Administrativo nº 005/2021 – Pregão Presencial nº 003/2021, o qual trata da “Futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionados em cilindros P-13 – botijão de 13 kg, água mineral em garrafão de 20 litros e água mineral em garrafas de 497 ml, visando atender as necessidades da Prefeitura e Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste”

Consulente: Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação

Atendendo à indagação formulada pelo Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação, acerca do Processo Administrativo nº 005/2021 – Pregão Presencial nº 003/2021, que objetiva a futura e eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionados em cilindros P-13 – botijão de 13 kg, água mineral em garrafão de 20 litros e água mineral em garrafas de 497 ml, visando atender as necessidades da Prefeitura e Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste, conforme a solicitação da abertura do presente processo administrativo, realizado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Arimateia Vieira Alves.

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública.

Cumpre anotar que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 38, parágrafo único, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como a minuta dos contratos que serão firmados entre as partes.

A contratação realizada pela Administração Pública será precedida de processo licitatório, podendo este, conforme a Lei nº 8.666/93, ser através das seguintes modalidades:



convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, sendo cada uma delas para um tipo de objeto a ser contratado.

Contudo, a Lei nº 10.520/2002 instituiu nova modalidade, qual seja: o Pregão, o qual é destinado à contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor, podendo ser realizado na forma presencial ou eletrônica.


O critério para a contratação através dessa modalidade será o de menor preço por item, ou seja, visando a proposta com maior vantajosidade econômica à Administração Pública, através da disputa de preços dos participantes devidamente credenciados para a sessão pública.

Passando à análise do processo administrativo que culminará na futura contratação *in tela*, temos que o presente processo administrativo encontra-se em conformidade às legislações vigentes, podendo, assim, ter prosseguimento com a sua devida publicação.

Desta feita, ante o exposto, este Procurador Jurídico signatário opina favoravelmente ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 005/2021 – Pregão Presencial nº 003/2021, devendo este ser realizado em conformidade aos princípios administrativos e licitatórios, sobretudo o da maior vantajosidade à Administração Pública.

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, 01 de fevereiro de 2.021.


JOÃO PEDRO RAMOS DE OLIVEIRA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/MT nº 26.851/O